

À

Superintendência Estadual de Licitação - RO  
RECEBIDO  
Carimbo e registro de documento no dia 28/04/23 às 11:14 Min  
LUIZ ALBUQUERQUE CASTRO - Matr. 300137820

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – GOVERNO DO ESTADO  
DE RONDÔNIA - Superintendência Estadual de Compras e Licitações -  
SUPEL**

**LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.  
007/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**ABR SERVICE LTDA, CNPJ n. [REDACTED]** já devidamente qualificada no procedimento licitatório em epígrafe, tempestivamente, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por sua representante constituída, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar: **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato da Comissão de Licitações que a **INABILITOU**, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**I – DOS FATOS**

Trata-se de **INABILITAÇÃO** quanto a Qualificação Técnica, após análise da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO, através da Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, manifestou que após análise da documentação apresentada para qualificação técnica, foi constatado que a empresa **ABR SERVICE LTDA, ABR SERVICE LTDA** foi **INABILITADA** por não apresentar a Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, descumprindo parcialmente assim o estabelecido no item 15.1, alínea "e" do Edital, bem como por não comprovar qualificação técnica operacional e profissional para o serviço de "Instalação de Grama Sintética", descumprindo parcialmente o exigido no item 15.3, alíneas "d" e "f" do Edital.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**DOS ITENS – INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA**

A recorrente apresentou no item 12.2 do atestado de capacidade técnica – EXECUÇÃO DE PATIO/ESTACIONAMENTO em PISO INTERTRAVADO no quantitativo de 900,00 m2, além disso no item 12.5 apresentou

**EXECUÇÃO PISO COM CONCRETO** moldado no quantitativo de 1.064,00 m<sup>2</sup>, entende a recorrente que atende o quantitativo solicitado no edital.

Ainda há de ser relevado os itens de técnica superior ao previsto em edital apresentado pela recorrente que as sobreposições ao "INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA" visto a comprovação apresentada pela ora recorrente, o de "PISO INDUSTRIAL" na quantidade de 4.000 m<sup>2</sup>", conforme atestado apresentado pela recorrente nos itens 12.6 ao 12.9. do referido atestado, além de 1.825 m<sup>3</sup> de PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS conforme item 12.3 do atestado apresentado.

De acordo com as NBRs 9781 e a confecção de PISO INDUSTRIAL compostos por cimento Portland e agregados naturais, assim como têm grande utilidade na pavimentação de vias públicas, por possuírem característica de resistência ao tráfego pesado.

A composição do método de execução dos materiais do PISO INDUSTRIAL é superior ao exigido pelo edital, que até mesmo o memorial descritivo menciona que será executada "instalação de grama sintética."

Ocorre que para a confecção de PISO INDUSTRIAL há o preparo do terreno de fundação é formado pelo sub-leito a camada superficial do maciço, constituído em sua predominância por solo, material de comportamento complexo, constituído por partículas sólidas, água e ar. Suas propriedades mecânicas irão depender da quantidade de ar e água do conjunto e também das características dos grãos.pavimentação

Do uso da sub-base- em pavimentos rígidos inicia-se como um mecanismo para evitar o processo de bombeamento, causado pela expulsão de finos do subleito saturado pela água, através das juntas, promovendo o descalçamento da placa. Com a disseminação do seu emprego, constatou-se que ela apresentava outras vantagens adicionais, como uniformizar a capacidade de suporte, evitando variações bruscas de deformações e funcionando muito bem como uma camada de rigidez intermediária entre o subleito e a placa de concreto. Mesmo em ambientes cobertos, imunes a ação da água, observa-se a importância do emprego da sub-base, permitindo um comportamento mais elástico da fundação do piso, sendo comum observar patologias em juntas, causadas pela ausência ou funcionamento inadequado desse elemento.

Do uso do cimento - Dos constituintes do pavimento industrial, o concreto é sem dúvida um dos mais sensíveis e que mais sofreu transformações na última década, fundamentalmente pela carência de matérias primas adequadas, notadamente os agregados miúdos. Particularmente nos pisos, o concreto apresenta exigências ímpares, como baixa retração, resistência à abrasão, normalmente não considerados nos concretos estruturais e que fogem aos processos clássicos de dosagem do concreto.

A execução do piso é uma etapa importante para a sua qualidade se utiliza de técnica superior ao assentamento de intertravados tais como:

**JUNTA DE DILATAÇÃO** - Sob o ponto de vista estrutural as juntas são os elementos mais frágeis do piso e a situação pode tornar-se mais crítica quando não são tomados os devidos cuidados na execução, como emprego de barras de transferência com baixo diâmetro ou o que muito mais crítico, empregar mangueiras plásticas para isolar metade da barra.

**CONTROLE DE PLANICIDADE** que se refere a qualidade superficial do piso é um critério importante para o seu desempenho, garantindo o tráfego suave dos equipamentos e facilitando a instalação de equipamentos e sistemas de armazenagem

Durante a execução, se utiliza o float que é uma operação executada com uma desempenadeira manual, metálica ou de madeira com cerca de 80cm de comprimento e 20cm de largura, com extremidades arredondadas; sua função é promover um primeiro alisamento superficial, fechando as imperfeições deixadas pela régua vibratória, utiliza-se o rodo de corte, ferramenta constituída por uma régua de alumínio de 3m, montada ortogonalmente a um cabo articulado, desempenho fino pode ser precedido por nova aplicação do rodo de corte.

Em suma se utiliza-se do controle da resistência do concreto, compressão ou tração na flexão, é importante o conhecimento da resistência à abrasão. A norma BS 8204 emprega equipamento que pode ser usado em obra, fato primordial para avaliação dessa propriedade, pois a dureza superficial não é função apenas dos materiais, mas também do processo executivo e o ensaio apresenta sensibilidade suficiente para avaliar a qualidade dos endurecedores líquidos, além de ferramentas de polimentos, cortes e acabamentos inclusive aplicação de resinas e pinturas.

Por fim, segue a definição de pavimento intertravado, seguida da estrutura do pavimento, extraída do Manual de Pavimento Intertravado: Passeio Público, da Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP, 1ª Edição, 2010:

“O pavimento intertravado é composto por peças de concreto, assentadas sobre camada de areia e travadas entre si por contenção lateral.”

(...)

Subleito: Constituído de solo natural ou proveniente de empréstimo (troca de solo). Deve ser compactado em camadas de 15 cm, dependendo das condições locais.

Base: Constituída de material granular com espessura mínima de 10 cm. A camada deve ser compactada após a finalização do subleito.

Camada de assentamento: Camada composta por material granular, com distribuição granulométrica definida, que tem a função de acomodar as peças de concreto, proporcionando correto nivelamento do pavimento e permitindo variações na espessura das peças de concreto. A areia de assentamento nunca deve ser usada para corrigir falhas na superfície da camada de base.

*Camada de revestimento: Camada composta pelas peças de concreto e material de rejuntamento, e que recebe diretamente a ação de rolamento dos veículos, tráfego de pedestres ou suporte de cargas."*

*Em síntese, podemos caracterizar o pavimento intertravado pelo revestimento em blocos, assentados sobre uma camada de areia denominada camada de assentamento ou sub-base, que por sua vez assenta-se sobre uma camada de brita denominada base, e a terra compactada que é caracterizada como o subleito. O revestimento e a areia de assentamento são contidos lateralmente, em geral, por meio-fio. A areia ou o pó de pedra é usado como principal material de rejuntamento.*

*Esclarecidas aqui as técnicas construtivas para cada tipo de pavimento, o exigido no edital e o executado pela empresa, denota-se a superioridade da técnica de PISO INDUSTRIAL entre eles, que de forma simplista podemos resumir da seguinte forma:*

- Execução de PISO INDUSTRIAL = assentamento sobre contrapiso com argamassa e rejunte adesivo, resultando em pavimento rígido e impermeável.*
- Execução de pavimentação com blocos de concreto intertravado = assentamento sobre colchão de areia e rejunte com pó de brita ou areia, resultando em pavimento semiflexível e permeável.*

*Já o plantio de grama natural em placas, deve ser ressaltado que se emprega as técnicas de nivelamento, compactação do solo e camadas, colocação das placas, controle de quedas laterais, não diferente das técnicas empregadas para a preparação do piso para instalação de gramado sintético, quais veremos a seguir.*

*As técnicas para a preparação do Piso para instalação de Gramado sintético é compostos pelos seguintes serviços, levantamento de nível, Compactação do solo, colocação de pedra Nivelamento central lateralizando 1% de queda, compactação da camada, acabamento em pó de pedra Nivelamento central lateralizando 1% de queda Compactação da camada.*

*Evidenciada as distintas técnicas e características de cada pavimentação, exigindo mão de obra qualificada e específica para cada uma delas, trata-se a pavimentação de **PISO INDUSTRIAL** e **pavimentação de concreto intertravado** trata-se de técnica superior a execução de **INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA**, já quanto ao plantio de grama natural mantem-se o emprego de técnica similar aos da grama sintética.*

**DA AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO EMITIDA PELA GERÊNCIA DE REINserção SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS**

Quanto ao alegado que a requerente não apresentou a referida declaração não deve prosperar, visto que a mesma se encontra juntado aos autos do processo licitatório.

No que diz respeito a apresentação de "Declaração emitida pelo (s) órgão (s) responsável (eis) pela execução penal no (s) Estado (s) onde os serviços serão prestados quanto a disponibilidade de pessoas privadas de liberdade e/ ou egressas do sistema prisional aptas para a execução dos serviços objeto da licitação".

Ocorre que o art. 3º da Lei nº 8.666/93 é taxativo quanto aos princípios da licitação. Dentre eles, destacamos a igualdade entre os licitantes, no sentido de que a Administração Pública deve conduzir o processo licitatório de maneira impessoal, sem conferir qualquer privilégio a qualquer licitante. Entendemos que o subitem supracitado fere este princípio, visto que os referidos serviços serão prestados no Estado de Rondônia, e as empresas licitantes advindas de outros estados encontrarão dificuldades para obter a declaração a que se refere o subitem em questão. Posto isto, o referido item está além do rol taxativo do exigido pela qualificação técnica ferindo princípio da igualdade, explicitado no art.3º da Lei nº 8.666/93, **parecendo a Administração Pública através da Comissão de Licitação estar direcionando o certame licitatório para um fracasso e vá para uma dispensa de licitação.**

Conforme entendimento dos tribunais, inclusive do TCU, essa lista de requisitos é taxativa, ou seja, não pode ser exigido nenhum documento que não figure em alguma das habilitações do artigo 27, a exemplos do Acórdão 2197/2007: "a lista de documentos passíveis de serem exigidos dos interessados na etapa de habilitação é exaustiva (arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993)" e Acórdão 4788/2016: "é exaustiva a lista de requisitos para habilitação técnica de licitantes previstos no art. 30 da Lei 8.666/1993, sendo impossível a definição infralegal de novos requisitos".

Portanto tal declaração é exigível após a assinatura do contrato, não sendo requisito de habilitação de qualificação técnica, visto existir um rol taxativo para habilitação dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, suficiente a declaração de que a recorrente caso seja vencedora contratará as pessoas para fins de re inserção social e entende-se que a declaração emitida pelos órgãos de execução penal do Estado deva ser apresentada, não nesse momento.

Portando tal **declaração esta à MARGEM DA LEI**, tendenciosa a inabilitação por se tratar de documento que é exigido no ato da assinatura do contrato.

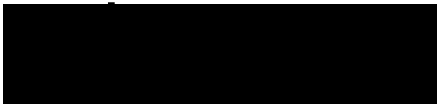
## **DOS PEDIDOS**

1. *essa respeitável Comissão de Licitação que, reconsidere a decisão que julgou inabilitada **ABR SERVICE LTDA**, oportunizando a reanálise do **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** a fim considerar técnica superior e similar apresentada.*
2. *subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento, reformando-se a decisão que INABILITOU a RECORRENTE.*

*Nesses Termos, Pede Deferimento.*

*Ubatuba, 24 de agosto de 2023.*

Documento assinado digitalmente



**ABR SERVICE LTDA**